



Prefeitura Municipal  
**Barra dos Coqueiros**

Compromisso com o desenvolvimento

Lei nº 20/97  
(de 30 de junho de 1997)

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 1998 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DOS COQUEIROS, ESTADO DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidas nos termos desta Lei, as diretrizes gerais para a elaboração do Orçamento do Município referente ao exercício de 1998.

Art. 2º - No Projeto de Lei Orçamentária os valores correspondentes às receitas e as despesas serão estimados segundo os preços vigentes em julho de 1997.

Art. 3º - Os valores da receita e da despesa apresentados no Projeto de Lei Orçamentária serão atualizados, na Lei Orçamentária, para preços de janeiro de 1998, pela variação dos índices da inflação no período de julho a dezembro de 1997.

Art. 4º - Os valores atualizados na forma do artigo 3º acima poderão ser, ainda, corrigidos durante a execução orçamentária, por critério que vierem a ser estabelecidos na Lei Orçamentária.

Parágrafo Único - Excluem-se do ajustamento previsto no "CAPUT" deste artigo as receitas e despesas relativas às Operações de Créditos e de Convênios.

Art. 5º - Nenhuma despesa, obra ou serviços, será reajustada acima dos índices oficiais de inflação.

Art. 6º - Os dispêndios com investimentos deverão fazer-se acompanhar dos custos necessários à sua inflação.

Art. 7º - Na administração direta, programação de investimentos, deve ser detalhada, no mínimo, a nível de Projeto, dando preferência aos investimentos em fase de execução.

Art. 8º - As despesas com pessoal serão fixadas com observância ao disposto no art. 38, parágrafo único, das disposições constitucionais transitórias, da Constituição Federal, desde que não sejam estabelecidas os respectivos limites em Lei Complementar.

Parágrafo 1º - O limite estabelecido para as despesas de pessoal de que trata este artigo, abrange os gastos de administração direta nas seguintes despesas:

- a) Salário em Geral;
- b) Obrigações Patronais;
- c) Proventos de Aposentadorias,
- d) Remuneração do Prefeito e Vice-Prefeito;
- e) Remuneração dos Vereadores.

Parágrafo 2º - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração além dos índices inflacionários, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira por conta da implantação do Plano de Cargos e Salários e Vencimentos dos Servidores do Município e de reforma administrativa, bem como admissão de pessoal a qualquer título, pela administração direta, só poderá ser feita se houver, prévia dotação orçamentária, suficiente para atender as projeções de despesas até o final do exercício, obedecido o limite fixado no "CAPUT".

Art. 9º - O Orçamento do Município, destinará, obrigatoriamente, recursos para o pagamento dos serviços da dívida municipal, bem como daqueles decorrentes de sentenças judiciais.

Art. 10º - A despesa com juros, encargos e amortizações da dívida pública, deverão considerar as operações já contratadas ou com prioridades e autorizações concedidas até a data do encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária ao Legislativo Municipal.

Art. 11º - Qualquer Concurso Público será aberto através de solicitação ao Legislativo Municipal, mediante Justificativa de acordo com a necessidade da época nas áreas de Educação, Obras e Urbanismo, Saúde e Administração.

§ Único - A Justificativa terá que compor:

- a) Necessidade imperiosa da expansão do serviço;
- b) O Prejuízo causado à Administração pública pela não realização do recrutamento pretendido;
- c) O custo adicional com expansão do serviço e o incremento verificado no dispêndio com pessoal;
- d) A disponibilidade de recursos orçamentários para o atendimento às despesas adicionais de que trata este artigo observado o disposto no artigo, 8º desta Lei.

Art. 12º - A contratação de operações de créditos, destinadas ao financiamento do programa de investimentos do Município obedecerá, além dos dispositivos constitucionais, as seguintes condições:

- a) ter prévia aprovação da Secretaria de Administração e Finanças, através de parecer técnico;



Prefeitura Municipal  
**Barra dos Coqueiros**

Compromisso com o desenvolvimento

b) Não ultrapassar o limite da capacidade de endividamento do Município para 1998.

Art. 13º - Ficam vedadas as contratações de operações de crédito por antecipação de receita para o financiamento da dívida pública, pagamento de reajustamento de obras ou serviços, ou de investimentos financiados com recursos de convênios ou de operações de créditos.

Art. 14º - Nenhuma despesa financiada com recursos de convênios ou operações de créditos poderá ser realizada ou contratada sem que exista a garantia de captação de tais recursos através de celebração dos respectivos convênios ou contratos e a consequente liberação dos recursos.

Art. 15º - É vedada a inclusão na Lei Orçamentária, bem como em alterações, de subvenções sociais a entidades públicas ou privadas salvo as que não tenham fins lucrativos, possuam Lei específica autorizando a concessão da subvenção e sejam registradas no serviço social da Prefeitura.

Parágrafo Único - É vedado ao Poder Executivo, assinar convênios, subvencionar, fazer doação ou ainda destinar verba pública para associações comunitárias, beneficentes e cooperativas, que não tenham sido reconhecidas pela Câmara Municipal de Vereadores a sua condição de efetiva utilidade pública.

Art. 16º - O Poder Executivo publicará até trinta (30) dias após o encerramento de cada trimestre, relatório resumido de execução orçamentário.

Art. 17º - Na Lei Orçamentária a discriminação da despesa far-se-á por categoria econômica elemento de despesa, com seus respectivos desdobramentos.

Parágrafo 1º - A Lei Orçamentária incluirá, dentre outros demonstrativos:

I - Das receitas que obedecerão ao previsto no artigo 2º parágrafo 1º, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964;

II - Dos recursos destinados a manutenção e ao desenvolvimento do ensino de forma a caracterizar o cumprimento do disposto no artigo 212, da Constituição Federal;

III - Dos recursos destinados ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo 2º - Além do disposto do "CAPUT" deste artigo serão apresentados quadros demonstrativos da despesa, obedecendo aos dispositivos da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.



Prefeitura Municipal  
**Barra dos Coqueiros**

Compromisso com o desenvolvimento

Parágrafo 3º - Não poderão ser incluídas na Lei Orçamentária e suas alterações, despesas classificadas como " Investimentos em Regime de Execução Especial" ressalvados, os casos de calamidade pública, os fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Art. 18º - Para efeito da informação ao Poder Legislativo Municipal, deverá, ainda constar da proposta orçamentária, a origem dos recursos obedecendo, pelo menos à seguinte discriminação:

I - recursos próprios;

II - Recursos de transferências;

III - aplicação constitucional na manutenção e desenvolvimento do ensino;

IV - recursos de convênios;

V - recursos decorrentes de operações de créditos.

Art. 19º - O Projeto de Lei Orçamentária, será apresentado com a forma e com o detalhamento descrito nesta Lei, aplicando-se o que couber as demais disposições legais.

Art. 20º - Os decretos de créditos adicionais, terão a forma e nível de detalhamento estabelecidos nesta Lei para o Orçamento bem como, a indicação dos recursos correspondentes.

Art. 21º - O Poder Executivo verificada a necessidade ou conveniência administrativa, poderá enviar à Câmara Municipal, antes do encerramento do atual exercício financeiro, Projeto de Lei dispor sobre alterações na legislação tributária, especialmente quanto a:

I - Revisão do Código Tributário Municipal, visando estabelecer maiores critérios de seletividade na cobrança dos tributos especialmente o ISS, o IPTU, o IVV e o INTERVIVOS.

II - regulamentação da cobrança da contribuição de melhoria.

Art. 22º - O Projeto de Lei Orçamentária poderá apresentar programação de despesa à conta de receita decorrentes das alterações na legislação tributária municipal encaminhadas ao legislativo nos termos do artigo anterior.

Parágrafo Único - Caso as alterações propostas não sejam aprovadas em sua totalidade, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, os valores incrementais correspondentes às receitas e às despesas serão ajustadas durante a fase de tramitação do Projeto de Lei Orçamentária no Legislativo Municipal.



Prefeitura Municipal  
**Barra dos Coqueiros**

Compromisso com o desenvolvimento

Art. 23º - Serão obrigatoriamente recolhidos à conta do Tesouro Municipal.

- I - Os Tributos Municipais;
- II - as receitas provenientes das transferências da União e do Estado;
- III - as receitas de qualquer natureza gerais e ou arrecadadas no âmbito dos Órgãos, entidades e fundos da administração direta Municipal.

Art. 24º - A Secretaria de Administração e Finanças, no prazo de até 30 (trinta) dias após publicação da Lei Orçamentária, divulgará por Órgão e unidade orçamentária que integram o Orçamento de que trata esta Lei, os quadros de detalhamento de despesa especificando para cada categoria econômica os elementos de despesa e respectivos desdobramentos.

Art. 25º - Se o Projeto de Lei Orçamentária não for aprovado até o término da sessão legislativa, a Câmara Municipal de Vereadores, será de imediato, convocada extraordinariamente pelo seu Presidente, na forma da Lei Orgânica do Município, até que seja o mesmo aprovado.

Art. 26º - As solicitações feitas pelos Órgãos do Poder Executivo Municipal, para abertura de créditos adicionais suplementares dentro dos limites autorizados em Lei, serão acompanhados de exposições de motivos justificando o pedido.

Art. 27º - O Poder Legislativo elaborará o seu próprio orçamento dentro do prazo legal e até o dia 30 de agosto, remeterá ao Executivo para inclusão no Orçamento anual geral do Município.

Art. 28º - Ao elaborar o seu próprio Orçamento o Legislativo obedecerá o disposto nesta Lei e procede:

- I - as despesas serão detalhadas a nível de elemento;
- II - Nas despesas de Capital inclua os investimentos previstos para o exercício de 1998;
- III - No que couber no entrelaçamento do Orçamento Anual e plurianual o Poder Legislativo procederá dentro dos instrumentos da Lei.

Art. 29º - O Orçamento do Poder Legislativo não será inferior a 4% (quatro por cento) da receita Municipal art. 17 inciso II da LOM.

Art. 30º - Todas as correções aplicadas para o Poder Executivo serão proporcionalmente aplicadas na unidade orçamentária do Poder Legislativo; inclusive o percentual de créditos suplementares.

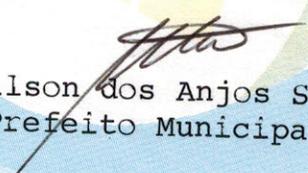
Parágrafo Único - Não cabendo restrições ou discriminações, nem impedimento ao desenvolvimento e andamento da Administração Cameral, nos Projetos.

- a) De Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- b) De Lei de Orçamento Anual;
- c) De Lei do Plurianual.

Art. 31º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 32º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 30 de junho de 1997.



Gilson dos Anjos Silva  
Prefeito Municipal